

A FUNÇÃO SOCIAL DOS EMOLUMENTOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E DO ACESSO ÀS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAS PELAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA

THE SOCIAL FUNCTION OF DUES IN THE
REALIZATION OF PERSONALITY RIGHTS AND ACCESS
TO EXTRAJUDICIAL SERVICES FOR PEOPLE LIVING IN
EXTREME POVERTY

LA FUNCIÓN SOCIAL DE LAS TASAS EN LA
REALIZACIÓN DE LOS DERECHOS DE LA
PERSONALIDAD Y EL ACCESO A LOS SERVICIOS
EXTRAJUDICIALES PARA LAS PERSONAS QUE VIVEN EN
LA EXTREMA POBREZA

SUMÁRIO:

1. Introdução; 2 Aspectos gerais dos direitos fundamentais e da personalidade: Conceituação e tutela; 3. O acesso às serventias extrajudiciais: a função social dos emolumentos na garantia dos direitos da personalidade das pessoas em situação de pobreza extrema; 3.1 A natureza jurídica dos emolumentos e dos serviços extrajudiciais; 3.2 A realização do mínimo existencial pelas serventias extrajudiciais das pessoas em situação de extrema pobreza; 3.3 A função social dos emolumentos e a efetivação da igualdade; Conclusão; Referências.

RESUMO:

No artigo há uma análise do acesso às serventias extrajudiciais pelas pessoas em situação de extrema

Como citar este artigo:

OTERO, Cleber;
OLIVEIRA, Lucas.
A função social dos
emolumentos na
efetivação dos direitos
da personalidade e do
acesso às serventias
extrajudiciais pela s
pessoas em situação
de extrema pobreza.
Argumenta Journal
Law, Jacarezinho – PR,
Brasil, n. 40, 2023,
p. 297-323

Data da submissão:

10/11/2020

Data da aprovação:

11/01/2022

1. UNICESUMAR -
Brasil
2. UNICESUMAR -
Brasil

pobreza para garantia e tutela de seus direitos da personalidade. Com o emprego do método dedutivo, por intermédio de pesquisa na literatura jurídica e das normas que regulam a atividade notarial e registral, há o esclarecimento, como objetivo principal, se os emolumentos representam um óbice ao acesso às serventias extrajudiciais, bem como, secundariamente, se a progressividade tributária dos emolumentos garante a função social dos cartórios com a tutela do mínimo existencial das pessoas em situação de miserabilidade. Como conclusão, não só o registro de nascimento e de óbito, mas outras atividades exercidas pelas serventias extrajudiciais permitem a efetividade de direitos fundamentais e da personalidade de forma gratuita ou a custo módico em decorrência da progressividade dos emolumentos.

ABSTRACT:

The article analyzes access to extrajudicial services by people living in extreme poverty to guarantee and protect their personality rights. Using the deductive method, through research into the legal literature and the rules that regulate notarial and registry activities, the main objective is to clarify whether fees represent an obstacle to access to extrajudicial services, and secondly, whether the progressive taxation of fees guarantees the social function of registry offices with the protection of the existential minimum of people in situations of poverty. In conclusion, not only birth and death registration, but also other activities carried out by extrajudicial services, allow fundamental and personality rights to be enforced free of charge or at a low cost because of progressive fees.

RESUMEN:

El artículo analiza el acceso a los servicios extrajudiciales por parte de las personas en situación de extrema pobreza para garantizar y proteger sus derechos de la personalidad. Utilizando el método deductivo, a través de la investigación de la literatura jurídica y de las normas que regulan la actividad notarial y registral, el objetivo principal es esclarecer si las tasas representan un obstáculo para el acceso a los servicios extrajudiciales y, en segundo lugar, si la progresividad en la tributación de las tasas garantiza la función social de las oficinas registrales en términos de protección del mínimo existencial de las personas en situación de pobreza. En conclusión,

no sólo la inscripción de nacimientos y defunciones, sino también otras actividades realizadas por los registros extrajudiciales permiten realizar derechos fundamentales y de la personalidad de forma gratuita o a bajo coste gracias a la progresividad de las tasas.

PALAVRAS-CHAVE:

Direitos da personalidade; Efetividade; Serventias Extrajudiciais; Emolumento; Pessoas em situação de extrema pobreza.

KEYWORDS:

Personhood rights; Effectiveness; Extrajudicial Offices; Fees; People in extreme poverty situation.

PALABRAS CLAVE:

Derechos de la personalidad; Eficacia; Cargos extrajudiciales; Tasas; Personas en situación de extrema pobreza.

INTRODUÇÃO

As serventias extrajudiciais têm demonstrado ser importantes instituições para prevenção e salvaguarda dos direitos individuais em prol da garantia e efetivação dos direitos da personalidade. Nota-se, atualmente, que esses locais se apresentam como atores proeminentes na prevenção de litígios e, conseqüentemente, como unidades que desafogam o Poder Judiciário em prol da efetividade dos direitos da personalidade (e dos direitos em geral).

Os cartórios extrajudiciais são locais que asseguram efetivo acesso à justiça justamente por serem eficientes no desenvolvimento do seu mister. Soma-se a isso o fato de possuírem organização satisfatória, capilaridade, intensa fiscalização pelo Poder Judiciário e constituírem um sistema hermético em relação aos custos operacionais, ao formarem um sistema autossustentável. Entretanto, é cediço que a prestação dos serviços cartoriais é retribuída mediante o pagamento dos emolumentos, razão pela qual advém uma indagação: os emolumentos seriam um obstáculo para a efetivação de direitos das pessoas em situação de pobreza extrema?

Tem-se como foco no presente trabalho verificar, analisar e demons-

trar que os emolumentos cumprem sua função social de garantir o acesso às serventias extrajudiciais (e consequentemente o acesso à justiça) àqueles que se encontram em situação de pobreza extrema para efetivação de direitos da personalidade, sobretudo sob o aspecto preventivo, e, por via oblíqua, de outros direitos, patrimoniais ou não.

Para tanto, emprega-se o método exploratório, mediante a análise da legislação, artigos de revistas jurídicas, provimentos e resoluções que regulam a atividade notarial e registral, bem como da jurisprudência relativa ao tema, sendo esta fundamental para o desenvolvimento do presente estudo ante a escassez de material específico e aderente ao assunto.

Estrutura-se o trabalho com a utilização do método dedutivo, a partir dos aspectos gerais dos direitos da personalidade e do estudo da natureza jurídica dos emolumentos e sua função social, como instrumentos de acesso à justiça das pessoas em situação de extrema pobreza, bem como para a garantia e efetivação dos seus direitos da personalidade por intermédio das serventias extrajudiciais.

2. ASPECTOS GERAIS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA PERSONALIDADE: CONCEITUAÇÃO E TUTELA

Para cada direito contido no ordenamento jurídico, há necessariamente um titular, mesmo que se trate dos direitos difusos, pois, em última *ratio*, a coletividade será titular do direito discutido no caso concreto. Com base nesse pensamento, pode-se afirmar que todo direito aparece em primeiro lugar como um poder pertencente à pessoa ante uma aquisição jurídica, de maneira que as relações jurídicas derivam justamente da capacidade que cada um possui de adquirir direitos, conforme Savigny (2004, p. 38-39).

A pessoa humana pode integrar diversas relações jurídicas patrimoniais e extrapatrimoniais, como se observa em contratos de venda e compra, casamento, mandato, cessão de imagem, dentre outros, de modo a criar, em torno de sua pessoa, um conjunto inimaginável de direitos e obrigações. Ao lado de direitos patrimoniais, há direitos básicos da pessoa humana, atinentes à sua personalidade, que foram idealizados paulatinamente ao longo dos tempos, conforme revelaram certos tipos de aflições convergentes com determinadas formas de assegurar sua proteção (CADEMARTORI; GAGLIARDI, 2018, p. 178).

Direitos naturais estáveis, próprios do ser humano, outrora compreendidos sob um ideal universal de justiça, vieram a ser posteriormente positivados em declarações de direitos e constitucionalmente reconhecidos como direitos fundamentais. Antes, conquanto inseridos em poucos documentos escritos, o reconhecimento de alguns direitos se notara apenas para certos estamentos sociais na *Magna Charta*, em forais e cartas de franquia, no *Compact* de 1620 e em leis fundamentais do reino. As declarações de direitos escritas, de caráter constitucional, tiveram importância a partir do *Bill of Rights* inglês de 1689, elaborado pelo Parlamento com limitações estabelecidas ao poder real para o respeito à legalidade e assegurar direitos também aos comuns.

Na América do Norte, as ex-colônias inglesas fizeram constar no preâmbulo da Declaração de Independência de 1776 (UNITED STATES OF AMERICA, 2021), como verdades autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de direitos inalienáveis, dentre os quais estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Em seguida, cada umas das ex-colônias inglesas elaborou uma Constituição com declarações de direitos, a primeira delas a Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia de 1776. Com a formação do Estado Federal, após a promulgação da Constituição dos Estados Unidos da América de 1787, a ela foram propostas doze emendas em setembro de 1789, com a ratificação de dez delas e a respectiva adição do *Bill of Rights* (declaração de direitos) em outubro de 1791.

Foi em França, não obstante, que os direitos fundamentais ganharam notoriedade a partir da *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyan*, aprovada em agosto e votada em 02 de outubro de 1789. Consoante explica Lynn Hunt (2009, p. 14-16), o documento era impetuoso e simples, ao declarar direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem como fundação de todo governo, com a salvaguarda de muitas liberdades individuais, que todos são iguais perante a lei, eliminando privilégios baseados no nascimento, mas abrindo posições para o talento e o mérito e atribuindo a soberania à nação (e não ao rei). A publicação da Declaração fez acender a opinião pública mundial para o tema dos direitos, doravante estabelecidos em normas de natureza constitucional, um modelo adotado desde então pela quase totalidade dos Estados com a previsão de direitos fundamentais em suas Constituições.

Apesar da proteção a liberdades e do estabelecimento da igualdade, nas primeiras Constituições havia a exclusão dos desprovidos de propriedade, de escravos ou negros livres, das mulheres e, em muitos casos, de minorias religiosas, de tal forma que os direitos fundamentais não se mostravam tão autoevidentes (HUNT, 2009, p. 16-17), de maneira que minorias e vulneráveis apenas vieram a conquista-los após muitos anos de reivindicações e luta social, num processo sucessivo de construção jurídica dos direitos fundamentais.

Se inicialmente os direitos fundamentais foram reconhecidos no âmbito do Direito Público interno dos Estados para impedir o arbítrio do poder governamental principalmente a partir do final do século XVIII, posteriormente houve a necessidade de salvaguardar os chamados direitos humanos no plano do Direito Internacional, num movimento realizado principalmente com documentos internacionais como a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, bem como com tratados internacionais celebrados entre os Estados para a incorporação de direitos aos seus respectivos ordenamentos jurídicos.

Com o reconhecimento dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, também era necessária a proteção das pessoas, em razão dos atributos reconhecidos a cada ser humano, não somente em face do poder estatal, mas também nas relações privadas, o que fez ensejar os direitos da personalidade. Se antes estavam legalmente previstos com relação a alguns aspectos de forma esparsa em algumas normas do ordenamento jurídico, houve o reconhecimento dos direitos da personalidade de forma ampla como categoria jurídica principalmente após a segunda metade do século XX.

No Direito brasileiro, após a Constituição Federal de 1988, percebe-se um evidente vínculo entre a dignidade humana, direitos fundamentais e os direitos da personalidade, porquanto o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana fundamenta e orienta a aplicação desses direitos no âmbito do direito como um todo (OTERO; HILLE, 2013, p. 488). No Direito pátrio, a proteção conferida a direitos fundamentais constitucionalmente previstos também assegura os mesmos direitos no âmbito das relações privadas como direitos da personalidade, o que não exclui normas do Direito Privado para que também ocorra a salvaguarda neste plano. Existem alguns direitos, pautados na dignidade da pessoa

humana, que afetam diretamente a personalidade humana e não possuem conteúdo econômico direto e imediato, de tal modo que a personalidade em si não é exatamente um direito, mas um conceito básico sobre o qual se apoiam os direitos.

De acordo com Fermentão e Tizzo (2013, p. 297 e 298), os direitos “da personalidade são reconhecidos como direitos subjetivos e representam os valores essenciais da personalidade humana, tendo como objetivo a tutela da dignidade”. No mesmo sentido, Ángel García (2017, p. 03) afirma que os direitos da personalidade são manifestações físicas ou psíquicas da própria pessoa protegidas pelo ordenamento jurídico, de maneira a impedir não apenas interferências alheias, mas igualmente que os titulares venham a dispor de tais direitos livremente.

Os direitos da personalidade são, assim, faculdades jurídicas cujo objeto retrata os diversos aspectos da própria pessoa do sujeito, bem como da sua projeção essencial no mundo exterior (KUMPEL; FERRARI, 2017, v. II, p. 166), que não podem ser dispostos de maneira ilimitada pelo titular. São direitos relacionados à personalidade humana, isto é, à qualidade jurídica imanente da pessoa e são vinculados à posição jurídica de sujeito de direitos atribuída pelo ordenamento de forma isonômica a todas as pessoas, naturais ou jurídicas.

Os direitos da personalidade podem ser tutelados em três grandes grupos, compostos, primeiramente, pelos direitos da personalidade relacionados à integridade física, abarcando a proteção ao corpo vivo e ao corpo morto. Em segundo lugar, tem-se os direitos da personalidade relacionados à tutela intelectual, que diz respeito aos direitos do autor e aos direitos do inventor, inclusive com as proteções decorrentes dos registros e patentes, do pseudônimo, dentre outros. Por último, há o grupo dos direitos da personalidade ligados à moral, à privacidade, à imagem (retrato e atributo), ao nome e todos os seus elementos.

Em suma, os direitos da personalidade são prerrogativas individuais essenciais para que o mínimo da personalidade seja realizado, caso contrário direitos outros ficariam inócuos por falta de objeto finalístico. De nada adiantaria a sistematização e normatização dos direitos da personalidade se não houvesse a devida proteção e reparação nos casos necessários. Urge que se tenham mecanismos eficientes para a tutela desses direitos e que não sejam morosos e dispendiosos.

3. O ACESSO ÀS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS: A FUNÇÃO SOCIAL DOS EMOLUMENTOS NA GARANTIA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê, no artigo 5º, inciso LXXVI, como direito fundamental, a gratuidade de registro de nascimento e de óbito aos reconhecidamente pobres. O assento de nascimento é o ponto de partida ao exercício da cidadania a qualquer indivíduo, uma vez que a existência formal e documental de uma pessoa é requisito indispensável para exercer seus direitos de cidadão e como pessoa perante o Estado e sociedade, inclusive para lograr direitos e contrair obrigações. A partir do assento de nascimento, há a proteção do nome e a individualização da pessoa humana, com toda a gama de direitos que decorrem desse fato. O registro é relevante inclusive para facilitar o reconhecimento do vínculo de nacionalidade, principalmente da criança filha de pais brasileiros nascida no exterior, consoante se observa no art. 12, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, na medida em que, posteriormente, para aquiproduzir efeitos, o registro consular deverá ser transcrito no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil do domicílio do registrado no Brasil ou, na sua falta, no do Distrito Federal.

O Registro Civil das Pessoas Naturais é, por excelência, guardião de direitos da personalidade, pois toda pessoa necessitará, ao menos em duas ocasiões em sua vida, dos serviços prestados nesses locais: ao nascer e ao morrer. Além do registro de nascimento e de óbito, as serventias extrajudiciais desempenham papel fundamental na proteção e efetivação de outros direitos fundamentais e da personalidade. É possível constatar, sem maior aprofundamento, que diversas atribuições legais foram deslocadas para o mundo extrajudicial, como os divórcios consensuais, o reconhecimento ou a dissolução de união estável, a alteração de nome e sexo dos transgêneros (sem intervenção judicial), o reconhecimento de filho socioafetivo ou da multiparentalidade, o reconhecimento extrajudicial de usucapião, dentre outros.

O Estado, por si só, muitas vezes não possui condições de assegurar a plena efetividade desejada para proteção dos seus súditos, de forma que alternativas legítimas e seguras devem ser postas à mesa numa tentativa de minimizar os danos gerados pela ausência estatal e do solidarismo co-

munitário. Entram em cena, então, as serventias extrajudiciais, cuja “história da atividade notariase desenvolveu em conjunto com a da própria sociedade e seu direito, em benefício da expansão da vontade humana dada pela inteligência (KUMPEL; FERRARI, 2017, v. III, p. 61).

É fato notório que o Poder Judiciário brasileiro é acionado excessivamente, e muitas vezes de maneira temerária, sem a necessidade e prudência devidas. Isso gera um efeito em cascata, em que o direito realmente violado acaba preterido por causa do abarrotamento jurisdicional, o que significa uma ofensa ao acesso à justiça. Cappelletti e Garth (1988, p. 08) afirmam que “primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individualmente e socialmente justos”.

É exatamente no segundo ponto que reside o maior peso da problemática nacional. Via de regra, o acesso à justiça é franqueado a todos (e ocorre grande contribuição do sistema registral para isso, conforme será demonstrado adiante), pois há a garantia da gratuidade de justiça para os menos abastados. Não obstante, simplesmente acionar o Poder Judiciário não é sinônimo de justiça ou de efetivação dos direitos da personalidade. Pelo contrário, conforme adverte Dinamarco (2008, p. 347 e 360), “essa garantia não é um fim em si mesma”, pois a “eliminação de litígios sem o critério de justiça equivaleria a uma sucessão de brutalidades arbitrárias que, em vez de apagar os estados anímicos de insatisfação, acabaria por acumular decepções definitivas no seio da sociedade”.

A opção do Brasil em adotar um sistema notariado com base no sistema romano- germânico “se liga, entre outras razões, em diminuir a conflituosidade e promover a paz social, prevenindo o surgimento de conflitos” (PATRÃO, 2014, p. 26). Nesse sentido, o acesso à justiça envolve a ideia de acesso aos meios estatais de solução de conflitos e dos meios extrajudiciais, como os cartórios, tendo em vista a necessidade de se privilegiar outras formas de pacificação social e de soluções que atendam melhor o interesse dos envolvidos (ROSA; OLIVEIRA, 2016, p. 566), cujo foco deve ser a eficiência na prestação da tutela almejada, algo inerente às serventias extrajudiciais.

A compreensão de acesso à justiça não é de fácil verificação, já que, assim como outros direitos fundamentais, o entendimento do termo “justiça” muda no tempo e no espaço, conforme as ideologias, os costumes e

os valores de quem a conceitua (RUIZ; SENGIK, 2013, p. 216). Pode-se afirmar que, atualmente, as serventias extrajudiciais constituem formas eficientes de acesso à justiça para tutela dos direitos da personalidade, sendo vistas como instrumentos principais, e não meramente acessórios ao Poder Judiciário, dada a sua ampla capacidade para prevenção dos litígios e salvaguarda dos direitos.

A questão dos emolumentos pode parecer, num primeiro momento, um entrave à efetividade dos direitos da personalidade e do acesso à justiça por intermédio das serventias extrajudiciais. Trata-se, no entanto, do indutor de um sistema democrático e eficiente de acesso à justiça, à medida que há uma progressividade na cobrança dos emolumentos, pois os favorecidos economicamente contribuem mais para os serviços (principalmente os relacionados aos direitos fundamentais) possam ser prestados em contrapartida a um custo módico, de forma gratuita na maioria das vezes, aos menos privilegiados.

3.1 A natureza jurídica dos emolumentos e dos serviços extrajudiciais

Os emolumentos extrajudiciais possuem a natureza jurídica de taxa, conforme pacificado pelo Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 1995), de modo que todos os princípios tributários regulam a matéria dos emolumentos, como o princípio da legalidade, da anterioridade, da reserva de competência impositiva, dentre outros. Há, contudo, uma peculiaridade nesse tipo de taxa, pois ela se biparte em dois tipos: taxa de poder de polícia – referente à fiscalização exercida pelos Poderes Públicos sobre os cartórios – e taxa remuneratória, como forma de contraprestação pelos serviços prestados pelas serventias. Somente esta última é que integra a receita dos cartórios, ao passo que a parcela correspondente à primeira é repassada aos órgãos determinados em lei específica, como se verá adiante.

Por se tratar de taxa, o produto de sua arrecadação não pode ser afetado ao custeio de serviços públicos diversos daqueles para cujos valores se destinam especificamente, sob pena de subversão da função constitucional da taxa, que é um tributo vinculado. Sem embargos, os emolumentos destinam-se, portanto, à contraprestação aos serviços prestados pelas serventias extrajudiciais, inexistindo descontos, promoções ou qualquer outra tentativa mercadológica de barateá-los, tendo em vista que sua natu-

reza tributária impede tais benesses. Apenas por determinação judicial ou por lei do ente competente é que as isenções ou outras alterações poderão ocorrer, como no caso da extensão aos emolumentos do benefício da assistência judiciária deferido nos processos judiciais.

Conforme Bassoli (2005, p. 17), no que diz respeito às taxas, deve ser “indicado como contribuinte aquele que provoca uma despesa especial ao Estado pelo exercício do poder de polícia ou pela prestação de serviço público específico e divisível nos termos do art. 145, II” da Constituição Federal. As serventias extrajudiciais são remuneradas pelos usuários dos serviços extrajudiciais e não há subsídios estatais para fomento, retribuição ou qualquer outro incentivo ao funcionamento dos cartórios. Pelo contrário, estas contribuem para manutenção da máquina pública com os repasses previstos em lei ou recolhimentos de valores para os fundos de reaparelhamento do Poder Judiciário, como se dá no Estado do Paraná e em outras unidades da Federação.

A base de cálculo dos emolumentos extrajudiciais é definida por faixas de valores dos bens ou negócio jurídico, a fim de que não ocorra bitributação ou o *bis in idem*. De acordo com a Lei paulista nº 11.331/02 (SÃO PAULO, 2020a), art. 5º, III, b, nos negócios com conteúdo financeiro, devem ser observadas tais faixas de incidência tributária, ou seja, os “atos relativos a situações jurídicas com conteúdo financeiro, cujos emolumentos são fixados mediante a observância de faixas com valores mínimos e máximos, nas quais enquadrar-se-á o valor constante do documento apresentado aos serviços notariais e de registro.” Dessa forma, encaixa-se o valor do documento na faixa específica da tabela de emolumentos – que é definida por lei estadual – para obtenção do aspecto quantitativo do emolumento a ser recolhido.

A Constituição Federal brasileira trouxe grandes mudanças nas funções notariais e registrais, pois, consoante o art. 236 e parágrafos seguintes, os serviços notariais e registrais são exercidos em caráter privado pelos aprovados em concurso público de provas e títulos, por delegação do Poder Público (BRASIL, 2020a). A Lei nº 8.935/94 define o que é a atividade notarial em seu primeiro dispositivo, ao estipular que: “serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos” (BRASIL, 2017a). Evidencia-se, portanto, que a atividade

notarial é finalística e tem como objetivo sagrado a segurança jurídica.

Os que exercem essa função pública são os tabeliães e os registradores. De acordo com o art. 3º da Lei 8.935/94 (BRASIL, 2017a), “notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.” São profissionais do direito na qualidade de agentes públicos em sentido amplo, munidos de fé pública outorgada pelo Estado para prática dos atos que lhes são atribuídos pelo ordenamento jurídico.

Paulo Roberto de Carvalho Rêgo (2004, p. 13) confirma a natureza privada da atividade notarial e registral, ao afirmar ser “[...] o regime de delegação dos serviços extrajudiciais uma forma de *descentralização* do serviço público, que o ingresso na função dá-se através de aprovação em *concurso público* e que o exercício da delegação se dá em caráter *privado* [...]”.

O Estado delega a atividade notarial e registral a profissionais do direito para que a exerçam sob sua conta e risco, sofrendo rigorosas fiscalizações do Poder Judiciário estadual, na forma das leis dos Estados da Federação. Importa dizer, ainda, que as serventias extrajudiciais não possuem personalidade jurídica, coincidindo com a personalidade do titular todo o desenvolvimentodas funções públicas.

A natureza jurídica das serventias extrajudiciais foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2011), assentando-se que as suas atribuições são atividades próprias do Estado, mas delegadas a pessoa natural aprovada em rigorosos concursos públicos, a título personalíssimo, com remuneração por emolumentos (e não por tarifas, diversamente do que ocorre com as concessões e permissões) e sob a fiscalização do Poder Judiciário para a conferência de certeza e liquidez às relações jurídicas *inter partes*, mas sem adentar a esfera da litigiosidade que é própria da função jurisdicional.

Portanto, as serventias extrajudiciais esboçam uma classificação *sui generis*, tanto é que foram alocadas ao final da Constituição Federal de 1988, fora do capítulo que cuidou da Administração Pública, característica esta que gera enorme eficácia na realização do mínimo existencial das pessoas em situação de pobreza extrema.

3.2 A realização do mínimo existencial pelas serventias extrajudiciais das pessoas em situação de extrema pobreza

Segundo Fernandes (2017, p. 312), o mínimo existencial está primariamente direcionado à liberdade e à democracia, não devendo ficar unicamente restrito aos direitos da pessoa humana, porquanto as condições básicas de vida devem ser asseguradas de forma a atender aqueles que delas necessitam.

Nesse mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal entende que o mínimo existencial seria o conjunto de bens e utilidades basilares para a que a pessoa humana tenha condições de subsistência e possa exercer a própria liberdade:

[...] máxime se considerarmos que o núcleo material elementar da dignidade humana “é composto do mínimo existencial, locução que identifica o conjunto de bens e utilidades básicas para a subsistência física e indispensável ao desfrute da própria liberdade. Aquém daquele patamar, ainda quando haja sobrevivência, não há dignidade”. (BRASIL, 2017b)

O mínimo existencial também está relacionado com a pobreza extrema, diversamente da pobreza relativa, vinculada à situação econômica do país em determinado momento social. Há de se atentar, todavia, para a contemporânea noção de pobreza para além da dimensão econômica, considerando-a como fenômeno multidimensional que tangencia não estritamente a esfera econômica, mas também a social, política, cultural e a jurídica, inclusive o que diz respeito ao acesso à justiça por intermédio das serventias extrajudiciais (CABRAL JÚNIOR; COSTA, 2017, p. 796), ou seja, deve ser interpretada como fato social que vai além de aspectos econômicos, tais como falta ou insuficiência de renda (SIMINI, 2016, p. 843).

Para tanto, há necessidade de se entender a compreensão de que a justiça deve se pautar na realização das necessidades humanas, numa abordagem relacionada ao argumento de que a justiça não pode ser indiferente às vidas que as pessoas podem viver de fato (ZEIFERT, 2019, p. 05), de forma que as pessoas em extrema pobreza devem receber um tratamento de acesso à justiça diferente daquelas que possuam renda para realização do seu mínimo existencial.

De acordo com Duarte Júnior (2019, p.135), a ideia de vincular a rea-

lização do mínimo existencial à disponibilidade de recursos econômicos torna os direitos sociais irrealizáveis, ou seja, verdadeiras armadilhas de pobreza, de forma que não basta a mera expectativa de realizá-los, pois há extrema e improrrogável necessidade de serem tutelados e efetivados. A vinculação do mínimo existencial ao princípio da reserva do possível poderá engessar a realização dos direitos inerentes à pessoa humana e sua personalidade com as constantes alegações pelo Estado da falta de verba para proteção dos direitos da personalidade.

Os direitos da personalidade somente serão efetivados quando houver plena liberdade dos indivíduos, a qual existe apenas para aqueles que possuem o mínimo existencial. Ou seja, somente para as pessoas com acesso a uma alimentação digna, educação de qualidade, dentre outros aspectos, que possibilitam a formação da personalidade do indivíduo culminando com plenas condições de se autodeterminar.

Percebe-se que o mínimo existencial pode legitimar uma não atuação por parte do Estado e da sociedade, de forma que os direitos da personalidade restariam desguarnecidos por falta de possibilidades econômicas de sua realização e da devida tutela decorrente do acesso à justiça.

Em oposição a não realização do mínimo existencial, as serventias extrajudiciais se apresentam como meios seguros e aptos para efetivá-lo, a fim de resguardar os direitos da personalidade das pessoas em situação de pobreza extrema, pois independem da existência de recursos estatais, porquanto os emolumentos formam um sistema que se mantém por via da progressividade tributária. Especificamente no caso do Estado de São Paulo, há um fundo especial, alimentado por repasses de parcelas dos emolumentos, criado para compensação dos atos gratuitos relacionados intimamente à cidadania e personalidade humana, bem como para garantia e funcionamento das serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais consideradas deficitárias.

O mínimo existencial das pessoas em situação de extrema pobreza é assegurado na atividade das serventias extrajudiciais, tendo em vista que os atos relacionados aos direitos da personalidade são efetivados gratuitamente ou a um custo módico, como a tutela do nome, lavraturados assentos de nascimento, casamento e óbito, de forma que o Registro Civil das Pessoas Naturais é ponto inicial para o exercício dos direitos relacionados à cidadania. Esses direitos básicos permitem a inserção da pessoa humana

na sociedade e desenvolvimento da liberdade e democracia, pois alguém sem um assento de nascimento não poderá votar, ser votado, participar de programas sociais ou desenvolver a sua personalidade no essencial.

Há plena efetivação dos direitos da personalidade, pelos Ofícios da Cidadania (Registros Cíveis das Pessoas Naturais), das pessoas em situação de extrema pobreza, realizando o mínimo existencial a partir da inserção dessas pessoas no mundo jurídico e tutela da sua personalidade ao longo da vida. A essencialidade desse serviço registral, para garantia do mínimo existencial, faz com que a gratuidade impere nessa especialidade de cartório, cujos custos são bancados pelo próprio sistema estabelecido para a cobrança dos emolumentos, sem qualquer participação estatal. Trata-se de um sistema hermético e autossustentável mantido pela progressividade tributária em prol da justiça social e realização do mínimo existencial das pessoas em situação de extrema pobreza.

3.3 A função social dos emolumentos e a efetivação da igualdade

Um dos problemas do acesso à justiça no Brasil “é a desigualdade social que assola o povobrasileiro. [...]. A desigualdade social gera enormes distorções em relação à igualdade material entre as partes, pois não as tornam apenas desiguais financeiramente, mas também cultural e faticamente” (GONÇALVES, 2014, p. 67-68).

Ao contrário dos países centrais, onde o direito ao acesso à justiça é, sobretudo, um problema para grupos minoritários, no caso brasileiro o acesso ao sistema de justiça continua sendo um problema para a maioria da população (MADERS, 2005, p. 17). A desigualdade profunda impede a consolidação de um imparcial Estado de Direito, porquanto as conjunturas sociais, econômicas e políticas não favorecem para que as pessoas adiram a este sistema jurídico e aos seus princípios (SANTOS, 2007, p. 33).

Se a desigualdade impede o acesso e a participação com relação a direitos fundamentais e bens considerados essenciais, tem-se a descon sideração da dignidade humana e da pessoa, porquanto ela acaba por ser “expulsa” da sociedade, sem “direito de ter direitos” e de pertencer a uma comunidade organizada (ARENDT, 2007, p. 330-332). Num contraponto entre o poder do Estado trabalhado por Arendt e o micropoder nos ambientes da sociedade abordado por Foucault, tem-se, conforme explica Agamben (2010, p. 18 e 35), o aparecimento do *homo sacer* a revelar pes-

soas socialmente irrelevantes para a sociedade e para o Estado, excluídas do circuito do direito, abandonas pela lei à própria sorte, invisíveis à proteção estatal, como se fossem banidas da vida. Esse ambiente de exclusão social vem, muitas das vezes, acompanhado de opressão e pode acarretar violência em diferentes níveis, inclusive aumento da criminalidade.

Para preservar um pseudo mito da não-violência, leciona Marilena Chauí que se criam mecanismos para mascará-la, iniciando-se pelo mecanismo da *exclusão* entre um nós-brasileiros- não violentos e os eles-não-brasileiros-violentos, depois pelo mecanismo da *distinção* para tornar a violência como algo accidental e passageiro, seguido pelo mecanismo *jurídico* a fim de delimitá-la à delinquência e justificar a ação da polícia contra os agentes violentos, de um mecanismo *sociológico* para posicioná-la num tempo de transição para uma sociedade urbana e do mecanismo da *inversão do real* com as máscaras que permitem dissimular comportamentos, ideias e valores violentos (como, por exemplo, o machismo visto como proteção natural à fragilidade feminina, etc.). De tal forma, “a violência não é percebida ali mesmo onde se origina [...] como toda prática que reduza um sujeito à posição de coisa, que viole interior e exteriormente alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural”. Assim, a proposta de ética não é uma verdadeira ética se o discurso da violência nela permanece oculto (CHAUÍ, 2011).

A paz social é alcançada com a efetivação de uma Constituição republicana, de modo a assegurar a liberdade dos integrantes da sociedade, a vinculação de todos a uma única lei e a igualdade de todos (KANT, 2020, p. 348-351). Logo, um dos caminhos para a pacificação seria não apenas assegurar direitos, mas efetivá-los de forma realmente igualitária com o devido respeito à dignidade humana.

A igualdade constitucional somente poderá ser atingida se houver meios de acesso direto e simplificado – e as serventias extrajudiciais o são – de modo que o principal aliado nesse processo de desburocratização e efetividade dos direitos da personalidade é o legislador pátrio, uma vez que, em relação à cláusula constitucional da igualdade, “o seu destinatário é, precisamente, o legislador, em consequência, a legislação; por mais discricionários que possam ser os critérios da política legislativa, encontra no princípio da igualdade a primeira e mais fundamental de suas limitações.” (BANDEIRA DE MELLO, 2008, p. 9-10). Torna-se, portanto,

importante a construção de um raciocínio lógico em relação à legitimidade das serventias extrajudiciais no que toca o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

A ineficiência da tutela dos direitos da personalidade no Brasil decorre, dentre outras causas, de um Estado sem instituições atuantes e que não fornecem a seus cidadãos os bens políticos mais fundamentais (TEIXEIRA, 2015, p. 214). Assim, as serventias extrajudiciais devem ser enxergadas como vias aptas e eficientes para assegurar a efetividade dos direitos da personalidade a fim de atingir a igualdade entre todas as pessoas, em especial àqueles que se encontram em situação de grave pobreza, a fim de garantir o núcleo duro do princípio da dignidade da pessoa humana, ou seja, o mínimo existencial.

O sistema tributário da cobrança dos emolumentos permite que o mínimo existencial da pessoa humana seja realizado ao tutelar dos direitos da personalidade consubstanciados nos assentos de nascimento, casamento, óbitos, retificação do nome social, dentre outros, de forma a colocá-los em situação de igualdade com os demais indivíduos, tornando-os cidadãos legitimados a requerer seus direitos. Além disso, o tratamento isonômico se torna visível, pois o acesso às serventias extrajudiciais que praticam esses atos inerentes à cidadania independe do grau econômico-social, uma vez que, por serem de primeira e máxima necessidade, são gratuitos universalmente, sem necessidade de comprovação de renda.

De acordo com Siqueira, Rocha e Silva, os emolumentos não se apresentam como entrave à realização das atribuições conferidas às serventias extrajudiciais, tendo em vista que o custo é mais módico que o do acesso ao Poder Judiciário e garantem o acesso aos que se encontram em pobreza extrema, especialmente no que tange à realização do mínimo existencial desses indivíduos:

Noutro aspecto ademais, assim como na via jurisdicional, são eximidas de gastos, pela gratuidade de certos atos, as pessoas e situações enquadradas nas previsões da lei. Além disso, há variadas previsões legais específicas que dispensam o pagamento de custas e/ou emolumentos em certos atos, especialmente quando relacionados ao exercício e fomento da cidadania, ou da própria dignidade humana. De toda forma, há de se observar, ainda, que, mesmo aos não favorecidos por essa gratuidade, os emolumentos pagos às serventias, em

regra, resultam menores do que as custas e ônus processuais da via judiciária (2018, p. 319-320).

Em conformidade com o art. 5º da Lei 11.331/02 do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2020a), os emolumentos correspondem aos custos dos serviços notariais e de registro e uma parcela será repassada ao Estado de São Paulo, à Secretaria da Fazenda, à compensação dos atos gratuitos do Registro Civil de Pessoas Naturais, aos Fundos de Despesa do Tribunal de Justiça de São Paulo e do Ministério Público de São Paulo.

Em relação ao total repassado para o Estado de São Paulo, 74,074% são destinados ao Fundo de Assistência Judiciária, 7,40% ao custeio das diligências praticadas pelos Oficiais de Justiça e 18,518% compõem receita da Fazenda do Estado. Assim, é nítido que, além de custear o fundo para a justiça gratuita no campo judicial, há o repasse de parcela dos emolumentos recolhidos para compensação dos atos do Registro Civil que, em regra, relacionam-se diretamente com a cidadania dos usuários, como a lavratura dos assentos de nascimento, casamento, óbito, tutela, curatela, dentre outros.

Toda essa engenhosidade dos repasses relativos aos emolumentos recolhidos demonstra a sua função social, pois há a distribuição de aproximadamente 40% das verbas tributárias arrecadadas com as taxas (emolumentos), o que não ocorre, em regra, com as demais espécies de tributos. Ou seja, há um aproveitamento uniforme, equitativo entre os entes beneficiados e com enorme aplicabilidade, em que os destinatários são específicos em virtude do Poder de Polícia (fiscalização) exercido sobre as serventias extrajudiciais.

Ressalva-se que não se conhece a existência desses fundos sociais formados por repasses pelas serventias extrajudiciais do Estado do Paraná, bem como a reposição pecuniária dos serviços prestados gratuitamente pelos Registros Cíveis de Pessoas Naturais. Sugere-se que haja a reestruturação da tabela dos emolumentos do Paraná e de outros estados para não apenas reaparelhar o Poder Judiciário, mas, sobretudo, formar fundos que garantam o acesso à justiça de maneira efetiva aos menos favorecidos e haja plena compensação dos serviços prestados gratuitamente em prol dos direitos de cidadania e tutela das pessoas em situação de hipossuficiência e vulnerabilidade.

Sem embargos, a progressividade dos emolumentos garante a justiça

e proteção das pessoas em situação de pobreza extrema, pelo simples fato de aqueles que realizam negócios com maior carga negocial arcarão com emolumentos mais altos, o que gerará maiores repasses às entidades acima descritas e consequente distribuição desses valores. Em contrapartida, aqueles que realizam negócios de menor valor incidirão em faixas menores das bases de cálculos dos emolumentos, o que gerará menos valor a ser recolhido, sempre com respeito ao poder aquisitivo presumido pelo ato de registro ou notarial em concreto.

Conforme afirmado, a progressividade tributária garante a justiça distributiva dos emolumentos, pois os negócios de maiores valores sofrerão uma carga tributária maior em relação aos menores, tudo devidamente proporcional por faixas de bases de cálculos que incidem sobre os atos praticados nas serventias extrajudiciais, presumindo corretamente a lei que os mais ricos realizam negócios com valores maiores, e os menos favorecidos o inverso.

A progressividade dos emolumentos, os preços módicos e os repasses previstos em lei demonstram a função social das cobranças cartoriais, as quais não possuem parâmetro comparativo, no quesito justiça, em relação a outros serviços públicos prestados e até mesmo em relação aos particulares, uma vez que fomentam a assistência judiciária e diversos entes públicos no desenvolvimento de suas atividades.

Frisa-se a extensão da função social dos emolumentos e da atividade notarial e registral em face da gratuidade imposta ao recolhimento dos emolumentos determinada em processo judicial de maneira estendida à concessão da justiça gratuita, ou seja, os atos relacionados aos registros públicos também serão gratuitos para os beneficiários da assistência judiciária nos processos judiciais que exijam a posterior prática de algum ato registrário.

A partir da sistemática paulista, com sugestão de sua adoção por todas as unidades federativas brasileiras, fica evidente que as serventias extrajudiciais contribuem em duplicidade para com as pessoas em situação de extrema pobreza, uma vez que repassam parte dos emolumentos arrecadados para o Fundo da Assistência Judiciária e, posteriormente, caso seja determinada pelo magistrado, a prática do ato de registro também será gratuita, de forma que os emolumentos garantem o acesso à justiça, no âmbito jurisdicional, e o acesso à justiça por intermédio das serventias

extrajudiciais para aqueles em situação de pobreza extrema, permitindo que o mínimo existencial seja alcançado.

A fim de tornar mais salutar a visão do que a função social dos emolumentos representa, listam-se a seguir os principais atos gratuitos divididos em gratuidade universal (cabível a qualquer pessoa independentemente da situação econômica, em respeito aos direitos da personalidade e da igualdade entre as pessoas) e a gratuidade particular (àqueles reconhecidamente pobres):

a) Atos gratuitos no Registro Civil das Pessoas Naturais de maneira universal: registro de nascimento; registro de óbito; primeira certidão de nascimento; primeira certidão de óbito; certidões e averbações relacionadas aos menores tutelados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

b) Atos gratuitos no Registro Civil das Pessoas Naturais para os reconhecidamente pobres: segunda via de certidões; registro de casamento; primeira via da certidão de casamento.

c) Atos gratuitos no Registro de Imóveis: registro da regularização fundiária de interesse social; aberturas de matrículas de lotes regularizados de interesse social; registro dos títulos aquisitivos dos beneficiários dessas regularizações; registros e averbações dos beneficiários da justiça gratuita, quando assim determinar o juízo.

d) Atos gratuitos no Tabelionato de Notas: procuração; substabelecimento ou revogação para fins previdenciários.

e) Atos gratuitos no Tabelionato de Protestos de Títulos e outros Documentos de Dívidas: no Estado de São Paulo, o protesto é gratuito para o credor na apresentação do título ao protesto. O devedor deverá quitar sua dívida e as demais despesas decorrentes do protesto, pois ele é o causador do ato.

Ao contrário do que muitos pensam ou alegam, as serventias extrajudiciais cumprem seu papel social na defesa da igualdade e tutela dos direitos da personalidade, conforme visto acima, em especial com as gratuidades que beneficiam as pessoas em situação de extrema pobreza. Contudo, a gratuidade dos emolumentos, seja instituída por lei ou por determinação judicial, não pode ser arbitrária ou inconsequente, pois as leis que criam hipóteses mais abrangentes de isenção de pagamento dos emolumentos cartoriais são inconstitucionais, uma vez que tornariam inviável a prestação extrajudicial de tais serviços, ante o imenso prejuízo fi-

nanceiro dos cartórios, de modo que os delegatários acabariam tendo que arcar pessoalmente com eventuais gratuidades, algo totalmente inviável sob o viés econômico e constitucional, pois a atividade é exercida sob o âmbito privado (PANUTTO; RAMALHO, 2018, p. 499).

O art. 22 da Lei paulista nº 11.331/02 (SÃO PAULO, 2020a) determina que os repasses efetuados ao Fundo do Registro Civil de Pessoas Naturais deverão atender primeiramente à compensação dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais e, caso haja recursos disponíveis, à complementação da receita bruta mínima das serventias deficitárias, até 13 (treze) salários-mínimos mensais.

É nítida a preocupação do legislador estadual bandeirante em priorizar a compensação dos atos gratuitos previstos na legislação e que se relacionam com os direitos da personalidade, como a gratuidade no assento de nascimento e de óbito, para que essas serventias extrajudiciais permaneçam funcionando. Caso haja recursos disponíveis, complementar-se-á um valor mínimo determinado por lei para esses cartórios em benefício da garantia da justiça social e da igualdade entre as pessoas, em especial daquelas em pobreza extrema que têm, por intermédio da função social dos emolumentos, a possibilidade de efetivação dos seus direitos de maneira gratuita.

Consoante explanado até aqui, os direitos da personalidade devem ser efetivados e garantidos, de modo que, por serem direitos essenciais e inerentes à pessoa humana, jamais devem ser postos em segundo plano.

Conclui-se que os emolumentos das serventias extrajudiciais cumprem sua função social com maestria e se apresentam como grandes atores da promoção do mínimo existencial, cidadania, dignidade da pessoa humana e da efetividade dos direitos da personalidade, já que, conforme visto, possibilitam o fomento e subsistência das serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais.

Os cartórios tutelam e efetivam os direitos da personalidade, pois são unidades administrativas garantidoras da ordem jurídica, de maneira célere, democrática, legítima, desburocratizada, segura e pouco onerosa. Ressalta-se a sugestão de implantação da sistemática bandeirante por todos os estados brasileiros, a fim de que haja o fortalecimento das serventias extrajudiciais e ampliação de sua atuação em benefício da sociedade.

CONCLUSÃO

O alcance da paz social é inerente à pessoa humana, de modo que o Direito busca aprimorar seus métodos para que haja a garantia dos direitos da personalidade de maneira eficiente. O incentivo e facilitação da preservação dos direitos da personalidade pelos interessados, pela via das serventias extrajudiciais, garante uma chance maior de pacificação social, estimula a prevenção dos litígios, contribui para uma reparação proporcional e razoável dos danos gerados, e outorga incontestável efetividade aos direitos da personalidade, na medida em que um profissional do direito dotado de fé pública garante a tutela desses direitos.

As serventias extrajudiciais são locais propícios para efetividade dos direitos da personalidade e do mínimo existencial das pessoas em situação de pobreza extrema, tendo em vista que são dotadas de grande técnica jurídica, independem do arbítrio estatal para funcionarem, sob o ponto de vista político e econômico, já que sua atuação é constitucionalmente prevista, e não são remuneradas pelos cofres públicos, mas sim pelos próprios usuários dos serviços, com preços tabelados e previstos em lei, evitando-se abusos, concorrência desleal e aumentos injustificados de preços.

O funcionamento das serventias extrajudiciais não é vinculado ao orçamento público e suas limitações. Na maioria das vezes, as custas cartorárias podem ser consideradas muito menores que as custas envolvidas em um processo judicial e, em regra, no que se refere à tutela dos direitos da personalidade, são gratuitas em razão da extrema importância de se efetivar esses direitos.

Os emolumentos possuem absoluta importância para que as pessoas em situação de extrema pobreza tenham acesso às serventias extrajudiciais com a consequente efetivação de seus direitos da personalidade, pois a progressividade da cobrança, os preços módicos e os repasses previstos em lei demonstram a função social das cobranças cartoriais. Talvez não haja parâmetro comparativo, no quesito justiça, em relação a outros serviços públicos prestados e até mesmo em relação aos particulares, uma vez que fomentam a assistência judiciária e diversos entes públicos nodesenvolvimento de suas atividades.

Ante as desigualdades materiais da população brasileira, as serventias extrajudiciais, e sua sistemática tributária na cobrança dos emolu-

mentos, garantem o acesso à justiça e realizam o mínimo existencial das pessoas em situação de extrema pobreza, pois tutelam com eficiência os direitos da personalidade, garantindo a cidadania a todos indistintamente em observância ao princípio da igualdade.

REFERÊNCIAS

ÁNGEL GARCÍA, Manuel. Derechos de la Personalidad y Derechos Fundamentales. Derecho a la Vida e Integridad Física, Derecho a la Libertad, Honor, Intimidad e Imagen. **Big Data Jurist (ISDE)**. Madrid, p. 1-37, 2017. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3195605>. Acesso em: 02 dez. 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução: Henrique Burigo. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BASSOLI, Marlene Kempfer. A tributação e direitos fundamentais que realizam os valores da liberdade, igualdade e solidariedade. **Revista Argumentum**. Marília, SP, v. 5, p. 93-114, jan./dez.2005. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/723>. Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994**. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos Cartórios). Brasília: Presidência da República, [2017a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L8935.htm. Acesso em: 04 jun. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.378/ES**. Relator: Min. Celso de Mello, 30 de novembro de 1995. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1629559>. Acesso em: 19 maio 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.415/SP**. Relator: Min. Ayres Britto, 22 de setembro de 2011. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21273484/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-2415-sp-stf-inteiro-teor-110301951?ref=juris-tabs>. Acesso em: 19 maio 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Recurso Extraordinário 835.558/SP**. Ementa: Recurso Extraordinário. Repercussão geral reconhecida. Constitucional. Processual penal. Crime ambiental transnacional. Competência da Justiça Federal. Interesse da União reconhecido. Recurso extraordinário a que se dá provimento. Requerente: Procurador Geral da República. Relator: Min. Luiz Fux, 08 de agosto de 2017b. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13307968>. Acesso em: 20 maio 2020.

CABRAL JÚNIOR, Luciano Roberto Gulart; COSTA, Eder Dion de Paula. Pobreza política e plano Brasil sem miséria. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**. Bebedouro, SP,

v. 5, n. 2, p. 793-816, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/254>. Acesso em: 19 maio 2020.

CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart.; GAGLIARDI. Luiza Roberta Solera. A relação convergente entre direitos fundamentais e a organização setorial da atividade administrativa. **Revista Brasileira de Direito**. Passo Fundo, RS, v. 14, n. 1, p. 176-188, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/2328>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

CHAUÍ, Marilena. Ética e violência no Brasil. **Revista BioEthikos**. São Paulo, v. 5, n. 4, p. 378- 383, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/89/A3.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2021.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Instrumentalidade do Processo**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

DUARTE JÚNIOR, Dimas Pereira. Mínimo existencial e necessidades humanas na fundamentação dos direitos sociais. **Revista Argumentum**. Marília, SP, v. 20, n. 1, p. 129-145, jan./abr. 2019.

Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/623>. Acesso em: 01set. 2019.

FERMENTÃO, Cleide A. G. Rodrigues; TIZZO, Luiz Gustavo Liberato. Da aplicação da teoria da responsabilidade civil diante de violação a direitos da personalidade de estrangeiros como reconhecimento do valor intrínseco comum das pessoas. **Revista Jurídica Cesumar**. Maringá, PR, v. 13, n. 1, p. 293-313, 2013. Disponível em <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2897>. Acesso em: 18 maio 2020.

FERNANDES, David Augusto. Ânodo de sacrifício: a pobreza e a indignidade da pessoa humana.

Revista Jurídica. Curitiba, PR. v. 3, n. 48, p. 299-319, 2017. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2182>. Acesso em: 01 set. 2019.

GONÇALVES, Vinícius José Corrêa. **Tribunais Multiportas**: pela efetivação dos direitos fundamentais de acesso à justiça e à razoável duração dos processos. Curitiba: Juruá, 2014.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KANT, Immanuel. À paz perpétua: um projeto filosófico. Tradução: Bruno Cunha. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

KUMPEL, Vitor Frederico; FERRARI, Carla Modina. **Tratado Notarial e Registral**. São Paulo: YK, 2017. v. II e III.

MADERS, Angelita Maria. Acesso à justiça no Brasil: para quem? **Revista Direito em Debate**. Ijuí, RS, v. 14, n. 23, p. 09-23, jan./ jun, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/702>. Acesso em: 18 maio 2020.

OTERO, Cleber Sanfelici; HILLE, Marcelo Luiz. A dignidade da pessoa humana face em face da escassez de recursos do Estado. **Revista Jurídica Cesumar**. Maringá, PR, v. 13, n. 2, p. 485-511, jul./dez. 2013. Disponível em <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/3098/2136>. Acesso em: 18 maio 2020.

PANUTTO, Peter; RAMALHO, Hugo Wingeter. A gratuidade no procedimento da usucapião extrajudicial como forma de acesso à justiça. **Revista**

Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE). Bebedouro, SP, v. 6, n. 2, p. 486-508, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/351>. Acesso em: 01 set. 2019.

PATRÃO, Afonso. Poderes e deveres de notário e conservador na cognição de direito estrangeiro. **Cadernos do CENoR.** Coimbra, n. 2, p. 9-38, 2014. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2511225. Acesso em: 1 set. 2019.

RÊGO, Paulo Roberto de Carvalho. **Registros Públicos e Notas:** natureza jurídica do vínculo laboral de prepostos e responsabilidade dos notários e registradores. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2004.

ROSA, Angélica Ferreira; OLIVEIRA, José Sebastião de. O acesso à justiça: realidade ou ficção, neste início de século XXI? **Revista Jurídica Cesumar.** Maringá, PR, v. 16, n. 2, p. 563-584, maio/ago. 2016. Disponível em <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/5271>. Acesso em: 18 maio 2020.

RUIZ, Ivan Aparecido; SENGİK, Kenza Borges. O acesso à justiça como direito e garantia fundamental e sua importância na Constituição da República Federativa de 1988 para tutela dos direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar.** Maringá, PR, v. 13, n. 1, p. 209-235, jan./jun. 2013. Disponível em <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2887>. Acesso em: 01 set. 2019.

SANTOS, Roberto Lima. Desigualdade socioeconômica e o Estado de “não-direito” brasileiro. **Argumenta Journal Law.** Jacarezinho, PR, n. 7, p. 29-44, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/71>. Acesso em: 01 set. 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 11.331, de 26 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, em face das disposições da Lei federal n. 10.169, de 29 de dezembro de 2000. São Paulo: SP, Governador do Estado de São Paulo, [2020a]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei-11331-26.12.2002.html>. Acesso em: 04 jun. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Corregedoria Geral de Justiça. **Provimento nº 58/89, de 28 de novembro de 1989.** [Ficam aprovadas as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, destinadas aos cartórios extrajudiciais e dispostas nos Capítulos XIII ao XX]. [2020b]. Disponível em:

<https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=110965>. Acesso em: 04 jun. 2019.

SAVIGNY, Friedrich Carl Von. **Sistema de Direito Romano atual**. Tradução: Ciro Mioranza. Ijuí:UNIJUÍ, 2004.

SIMINI, Danilo Garnica. Constitucionalidade de políticas públicas em uma perspectiva alinhada ao dirigismo constitucional: a importância da superação do subdesenvolvimento e da erradicação da pobreza. **Revista Jurídica Cesumar**. Maringá, PR, v. 16, n. 3, p. 817-846, set./dez. 2016. Disponível em <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/4823>. Acesso em: 18 maio 2020.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; ROCHA, Maria Luiza de Souza.; SILVA, Rodrigo Ichikawa Claro. Atividades notariais e registrares, judicialização e acesso à justiça: o impacto da desjudicialização para a concretização dos direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**. Maringá, PR, v. 18, n. 1, p. 305-334, jan./abr. 2018. Disponível em <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/5701>. Acesso em: 18 maio 2020.

TEIXEIRA, Sílvia Gabriel. Combate a pobreza: a responsabilidade de proteger da comunidade internacional. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**. Bebedouro, SP, v. 3, n. 1, p. 195-240, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/59>. Acesso em: 01 set. 2019.

UNITED STATES OF AMERICA. America's Founding Documents. **The U.S. National Archives and Records Administration**, 2021. Disponível em: <https://www.archives.gov/founding-docs>. Acesso em: 29 dez. 2021.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti. Pensar as políticas públicas a partir do enfoque das capacidades: justiça social e respeito aos direitos humanos. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**. Bebedouro, SP, v. 1, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/542>. Acesso em: 01 set. 2019.

